



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

FRANCIMARA DANTAS BRAGA

**LEITURA E ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE
CRIANÇAS DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

CAJAZEIRAS – PB
2017

FRANCIMARA DANTAS BRAGA

**LEITURA E ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE
CRIANÇAS DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Centro de Formação de Professores – CFP da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus de Cajazeiras-PB, como exigência para obtenção parcial do título de Pedagoga.

Orientadora: Prof^ª. Ma. Rejane Maria de Araújo Lira

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

B8131 Braga, Francimara Dantas.
Leitura e escrita no processo de alfabetização de crianças do 1º ano do ensino fundamental / Francimara Dantas Braga. - Cajazeiras, 2017.
67p.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Ma. Rejane Maria de Araújo Lira.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2017.

1. Alfabetização de crianças. 2. Educação infantil. 3. Ensino fundamental. 4. Leitura. 5. Escrita. 6. Professor. I. Lira, Rejane Maria de Araújo. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 373.2

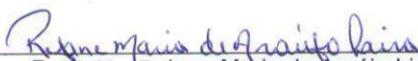
FRANCIMARA DANTAS BRAGA

**LEITURA E ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE
CRIANÇAS DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Centro de Formação de Professores – CFP da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campus de Cajazeiras-PB, como exigência para obtenção parcial do título de Pedagoga.

Aprovado em: 24/ 04/ 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Ma. Rejane Maria de Araújo Lira – UAE/CFP/UFCG

Orientadora



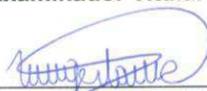
Prof^a. Esp. Maria Thais de Oliveira Batista

Examinador Titular



Prof^a. Dr^a. Maria Janete de Lima

Examinador Titular



Prof^a. Dr^a. Maria Gerlaine Belchior Amaral

Examinador Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus por viver este momento único em minha vida acompanhado por realizações diárias, sabendo que sua graça se faz presente em todos os momentos da minha vida.

A minha família, especialmente ao meu marido e filha por acreditar em meu potencial de vencer as barreiras aqui existentes durante o percurso acadêmico e em maior plano a uma pessoa que não está presente no meio de nós (meu pai) que sempre fez presente em todas as minhas conquistas alcançadas.

Aos colegas e amigos de sala, onde com os quais tive a oportunidade primeiramente de conhecê-los e conviver durante essa formação acadêmica.

A professora Rejane pela orientação e pelos ensinamentos, sinceros agradecimentos pela valiosa contribuição, além do cuidado, apoio, carinho e tranquilidade para finalizar esta pesquisa.

As professoras e a coordenadora da escola, campo empírico, que se dispuseram a participar desta pesquisa, com atenção e compreensão devida para o momento, remetendo-nos valiosas contribuições.

A todos os/as professores/as da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras, que contribuíram direto e indiretamente para o meu processo de desenvolvimento acadêmico.

A todos/as funcionários/as da instituição de ensino, pelos serviços prestados.

E também aos meus colegas de turma por passarmos durante este percurso acadêmico juntos participando de bons e maus momentos, mas, todos com enorme satisfação de estarmos unidos sempre.

A todos/as que de alguma maneira me ajudaram na realização desse sonho. Agradeço verdadeiramente.

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho monográfico teve como objeto de estudo a leitura e a escrita no processo de alfabetização de crianças do 1º ano do ensino fundamental, tendo por objetivo principal analisar a apreensão da leitura e da escrita no processo de alfabetização dessas crianças. Já os objetivos específicos consistiram em averiguar os mecanismos utilizados pelas professoras e crianças, para a compreensão da leitura e da escrita; identificar a existência ou não de dificuldades encontradas por professores e crianças inseridas nesse processo e verificar a existências de fatores que influenciam na aprendizagem das crianças no processo de alfabetização envolvendo a leitura e a escrita. O estudo se insere na abordagem qualitativa da pesquisa, com caráter exploratório e descritivo, tendo como sujeitos 2 (duas) professoras e 1 (uma) coordenadora pedagógica de uma escola da rede estadual de ensino do município de Cajazeiras-PB. Para a coleta de dados utilizou-se da observação *in loco* e entrevistas semi-estruturadas. A análise dos dados foi consolidada através das técnicas da Análise de Conteúdo (AC), de forma a confrontar os discursos inseridos nos documentos que legislam a educação básica (CF, 1988; LDBEN, 1996; PCN, 1997; PNAIC, 2013,) e outros, assim como em diversos teóricos que apresentam estudos sobre a temática e, também, nos discursos dos sujeitos participantes do estudo. Os resultados apontaram para a ausência de atividades voltadas especificamente para a preparação cognitiva das crianças no tocante a construção das habilidades básicas de leitura e escrita; a omissão por parte do sistema educacional com relação a formação docente, no que diz respeito a estratégias pedagógicas voltadas para a apreensão da leitura e escrita de crianças do 1º ano do ensino fundamental, ou de métodos de acordo com as necessidades das crianças. Fato que tem dificultado que as crianças, no processo ensino-aprendizagem, desenvolvam as habilidades linguísticas esperadas para essa fase.

Palavras chave: Alfabetização. Ensino fundamental. Escrita. Leitura. Professor.

ABSTRACT

The purpose of this monographic work was to study reading and writing in the literacy process of children in the 1st year of elementary school, with the main objective analyzing the apprehension of reading and writing in the literacy process of these children. The specific objectives were to ascertain the mechanisms used by teachers and children to understand reading and writing; To identify the existence or not of difficulties encountered by teachers and children inserted in this process and to verify the existences of factors that influence the learning of children in the literacy process involving reading and writing. The study is part of the qualitative approach of the research, with an exploratory and descriptive character, having as subjects 2 (two) teachers and 1 (one) pedagogical coordinator of a school in the state education network of the municipality of Cajazeiras-PB. For data collection, we used on-site observation and semi-structured interviews. The analysis of the data was consolidated through the techniques of Content Analysis (CA), in order to confront the discourses included in the documents that legislate basic education (CF, 1988; LDBEN, 1996; PCN, 1997; PNAIC, 2013). Others, as well as in several theorists who present studies on the subject and also in the discourses of the subjects participating in the study. The results pointed to the absence of activities geared specifically to children's cognitive preparation in the construction of basic reading and writing skills; The omission on the part of the educational system with respect to teacher training, with respect to pedagogical strategies aimed at the apprehension of the reading and writing of children of the first year of elementary school, or methods according to the needs of the children. This fact has made it difficult for children, in the teaching-learning process, to develop the language skills expected for this phase.

Keywords: Literacy. Elementary School. Writing. Reading. Teacher.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas.....	14
---	-----------

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CF	Constituição Federal
CH	Carga Horária
DCNEB	Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Básica
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
FNE	Fórum Nacional de Educação
LDBEN	Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PS	Prestador de Serviço
ZDP	Zonas de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 O CAMINHO METODOLÓGICO.....	12
1.1.1 A unidade e os sujeitos pesquisados.....	13
1.1.2 Os instrumentos de coletas de dados.....	15
1.1.3 A Análise dos dados.....	16
2 O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA	17
2.1 ENSINO.....	17
2.2 APRENDIZAGEM.....	18
2.3 LEITURA.....	20
2.4 ESCRITA.....	22
3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:UM OLHAR PARA AS CRIANÇAS DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	26
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICES	53
ANEXOS	62

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico analisou a apreensão da leitura e da escrita no processo de alfabetização de crianças do 1º ano do ensino fundamental, a partir do olhar de 2 (duas) professoras e 1 (uma) coordenadora pedagógica de uma escola da rede estadual de ensino do Estado da Paraíba, localizada no município de Cajazeiras-PB. Para tanto, adotou-se como objetivos específicos, averiguar os mecanismos utilizados pelas professoras e crianças, para a compreensão da leitura e da escrita; identificar a existência ou não de dificuldades encontradas por professores e crianças inseridas nesse processo; e, por fim, verificar acerca da existência de fatores que influenciam na aprendizagem das crianças no processo de alfabetização envolvendo a leitura e a escrita.

Os motivos que me levaram a pesquisar sobre essa temática foram impulsionados pelas observações feitas durante o meu estágio supervisionado nos anos iniciais, em que fiquei com crianças do 1º ano do ensino fundamental, e me deparei com uma realidade de muitas dificuldades, nas quais, as crianças ao realizarem suas atividades escolares que envolviam a formalidade da leitura e da escrita, não tinham as habilidades básicas -escutar, falar, ler e escrever-, esperadas para um 1º ano desse nível de ensino, além da ausência dos pais e/ou de responsáveis legais para contribuir com a professora e as crianças no processo de apreensão da leitura e da escrita de forma consciente e significativa.

Também me incentivou, o fato de professores que atuam no ensino fundamental I, da educação básica, especialmente a pública, apontarem, conforme dados dispostos no documento de consulta Educação Brasileira: indicadores e desafios, formulado e aprovado pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), em 2013, a existência de grandes desafios que enfrentaram durante o processo de ensino-aprendizagem escolar, entre eles, a apreensão da leitura e da escrita das crianças do ensino fundamental, como sendo uma das maiores dificuldades a ser solucionada pelo sistema educacional brasileiro.

Os dados do documento citado trazem ainda, as expectativas destes profissionais, para que os avanços envolvendo os mecanismos ou métodos para o aprofundamento baseado no ensino da leitura e escrita das crianças sejam alcançados pelo setor educacional, de forma a melhorar o ensino e a aprendizagem,

com prioridade especial para a leitura e a escrita das crianças que estão no início de sua escolarização - crianças do 1º ano do ensino fundamental.

Para a viabilidade desta pesquisa, foi feito um levantamento e um recorte dos teóricos que pudessem ancorar o objeto em questão. Assim, o estudo em tela fundamentou-se em Freire (2008); Ferreiro (1987); Fonseca (1995); Soares (1998); Andrade (2011); Tfouni (2006); Antunes (2002); Freire (2011); Martins (1994); Piaget (1994); Vygotsky (1991); Luria (2006); Lemle (2007), dentre outros, que abordam conceitos sobre a leitura e a escrita e seus preceitos, destacando em seus apontamentos, os principais problemas e dificuldades enfrentadas por professores a respeito do processo de apreensão da leitura e da escrita com alunos do 1º ano do ensino fundamental.

Como embasamento legal, este estudo sustentou-se na Constituição Federal (CF) de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996; na Lei 11.274 de 2006 que dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade; nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997; nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) de 2013; no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), estabelecido pela Lei 12.801 de 2013; e na Lei 13.005 de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE).

Deste modo, foi desenvolvida uma análise comparativa entre a teoria - o que dizem os teóricos - e a prática - o que dizem os professores, na pesquisa de campo - relacionado ao objeto discutido neste trabalho, de forma a encontrar maneiras de demarcar como ocorrem os processos de apreensão da leitura e da escrita de crianças do 1º ano do ensino fundamental, tão basilares para que o processo de ensino e aprendizagem, subsequente, ocorra de forma significativa e com qualidade.

Destarte, foi feita uma análise das propostas discutidas pelos teóricos citados, da legislação explicitada e a relação destas com a prática desenvolvida pelas professoras em sala de aula, para perceber se há articulação entre os discursos e a prática efetivada.

A relevância social deste estudo se insere nas reflexões e nas ações acerca da prática pedagógica, em seu contexto institucional, no espaço da sala de aula, enquanto local de produção do conhecimento, em relação à especificidade do processo de apreensão da leitura e da escrita na alfabetização de crianças do ensino fundamental, que se faz legitimar academicamente pelas trilhas das

competências da formação do sujeito leitor, podendo, em outra dimensão, colaborar como instrumento teórico-metodológico desenvolvido em sala de aula e, em compêndio, fornecer importantes subsídios para discussões sobre a pertinência do objeto deste estudo.

1.1 O CAMINHO METODOLÓGICO

Para a realização de uma pesquisa, é preciso fazer opções metodológicas capazes de orientar o processo de desenvolvimento no campo empírico. Assim, Gonsalves (2003, p. 62), descreve que “[...] metodologia significa estudos dos caminhos a serem seguidos, incluindo aí os procedimentos escolhidos.” Logo, a metodologia serve para orientar o pesquisador sobre o procedimento metodológico adequado a percorrer, para obter um resultado satisfatório na construção e realização da pesquisa.

Para tanto, a metodologia escolhida para este trabalho, se insere na abordagem qualitativa da pesquisa, sendo de caráter exploratório e descritivo, que é caracterizada por descrever, analisar, compreender e contribuir com outros estudos.

De acordo com Gonsalves (2003, p.68):

[...] a pesquisa qualitativa preocupou-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão as suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica. Esse tipo de abordagem terá como fundamental relevância o objeto de estudo detalhado minuciosamente com suas principais características englobando na construção de modo generalizado e exploratório para a compreensão do pesquisador.

A pesquisa qualitativa é quando o pesquisador aprofunda seus conhecimentos diante do assunto por meio de observações realizadas particularmente no objeto estudado, visando à qualidade em seus principais aspectos (entender, explicar e conceituar) e ajudando em sua construção para melhor entendimento do pesquisador.

1.1.1 A unidade e os sujeitos pesquisados

A pesquisa empírica ocorreu em uma escola da rede estadual de ensino, localizada na cidade de Cajazeiras, Paraíba, Brasil. A escola funciona em dois turnos: matutino e vespertino atendendo uma clientela de 309 (trezentos e nove) alunos distribuídos de 1º ao 5º ano do ensino fundamental e uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A Comunidade escolar é advinda de classe média baixa, atendendo a alunos dos bairros da Esperança, São Francisco, Capoeiras e Agrovila. O corpo docente é formado por 10 (dez) professores, com diferentes licenciaturas, sendo 7 (sete) com formação acadêmica em letras, pedagogia, geografia e história, 1 (uma) professora com formação pelo Projeto Logos II, 1 (uma) com formação no magistério e 1 (uma) cursando pedagogia.

A escola tem infraestrutura de pequeno porte, sendo 17 (dezesete) ambientes, distribuídos da seguinte forma: 6 (seis) salas de aula; 1 (uma) cozinha; 3 (três) banheiros; 1 (uma) sala de (AEE); 1 (uma) diretoria que funciona também como vice-diretora, 1 (uma) secretaria, 1 (uma) sala dos professores; 1 (uma) biblioteca, 1 (um) auditório e 1 (uma) sala de recepção. A escola disponibiliza recursos e equipamentos de uso didático-pedagógico como: 1 (uma) TV e vídeo utilizados uma vez por semana, 1 (um) Microsystem, usados com pouca frequência e 1 (um) computador utilizado diariamente pela coordenação pedagógica.

O planejamento educacional acontece em dois momentos: o primeiro no início do ano letivo, de modo coletivo com a participação de todo o corpo docente e apoio pedagógico, com a finalidade de organizar o calendário escolar do ano letivo. No planejamento semanalmente, os educadores discutem as suas dificuldades em sala e organizam as atividades semanais, em que têm que seguir o planejamento didático de acordo com o Projeto -Os primeiros saberes da infância-, do governo federal, engajando suas aulas com a comunidade carente.

Os professores das turmas de 1º ao 3º Ano do ensino fundamental participam duas vezes por mês de um programa de formação continuada do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), oferecido pela Secretaria de Educação. A escola ainda disponibiliza dos programas: Mais Educação, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE. O corpo técnico de apoio é composto por 17 (dezesete) funcionários, distribuídos da seguinte maneira: 02 (dois) auxiliares de serviço; 01 (duas)

merendeiras; 01 (uma) auxiliar de secretaria; 01 (um) coordenador; 01 (um) professor de AEE; 01 (um) diretor e 10 (dez) professores.

Os sujeitos que participaram desta pesquisa foram duas professoras e uma coordenadora pedagógica da escola. Como forma de preservar o anonimato das entrevistadas, utilizamos letras e números para representá-las, sendo P para professoras e C para coordenadora. Para um melhor entendimento, traçamos um perfil das entrevistadas, conforme exposto no quadro 1.

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas

Sujeito	Sexo	Idade	Formação	Escolha da profissão	Vínculo	Salário (Reais)	C.H	T.S
P1	F	54	Pedagogia e especialização em Psicopedagogia	Vocação	PS	1000,00	4hs	18
P2	F	39	Pedagogia, serviço social e psicopedagogia	Vocação	PS	1000,00	4hs	10
C	F	37	Pedagogia e Especialização em Gestão e Planejamento	Vocação	PS	1000,00	4hs	4

Fonte: Elaboração da autora (2017).

Como pode ser observado no quadro 1, as entrevistadas da pesquisa são todas mulheres, com idade entre 37 á 54 anos, formadas em Pedagogia e com especialização em psicopedagogia – P1–; Psicopedagogia e Serviço Social – P2 - e em Gestão e Planejamento – C -. Todas revelaram ter escolhido a profissão por vocação e seus vínculos empregatícios são de prestadoras de serviços, com uma renda oriunda desse trabalho, de R\$ 1.000,00 reais mensais, para uma carga horária de 4h por dia, totalizando 20h por semana. O tempo de serviço das entrevistadas varia, sendo respectivamente para P1, P2 e C, de 18 (dezoito), 10 (dez) e 4 (quatro) anos de trabalho prestado ao Estado da Paraíba, atuando nessa escola situada na cidade de Cajazeiras.

1.1.2 Os instrumentos de coletas de dados

Para a coleta de dados, foram empregadas a observação realizada no trajeto do Estágio Supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental, e por entrevista semi-estruturada composta por perguntas fechadas – traçar o perfil das entrevistadas -, e por questões abertas para que as entrevistadas discorressem livremente os seus entendimentos acerca do objeto de estudo da pesquisa.

Sobre a observação participante, Richardson (2010, p. 261) relata que:

[...] o observador não é apenas um telespectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõe o fenômeno a ser observado. [...] O observador participante tem mais condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características da vida diária da comunidade do que o observador não participante.

Logo, o observador, é aquele que participa da pesquisa em todos os seus aspectos sendo envolvido diretamente com o sujeito principal.

Com relação ao uso de entrevista semi-estruturada, também Richardson (2010, p. 208) assegura que:

A entrevista não estruturada, também chamada entrevista em profundidade em vez de responder á pergunta por meio de diversas alternativas pré-formuladas visa obter no entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema. [...] A entrevista não estruturada procura saber que, como e por que ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita.

A entrevista semi-estruturada adotada foi composta por questões fechadas e abertas. Numa parte traçamos o perfil das entrevistadas e na outra, buscamos por meio das questões elucidar o nosso objeto de estudo.

1.1.3 A Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdos (AC), que de acordo com Richardson (2010, p. 224):

A análise de conteúdo é, particularmente, utilizada para estudar material de tipo qualitativo (aos quais não se podem aplicar técnicas aritméticas). Portanto deve-se fazer a uma primeira leitura para organizar a ideia, incluídas para, posteriormente, analisar os elementos e as regras que determinam.

Nessa fase, separamos, codificamos, categorizamos e analisamos os dados coletados.

Para fins metodológicos, estruturamos o trabalho em cinco capítulos, sendo o primeiro esta parte introdutória, com uma subseção que apresenta o caminho metodológico da pesquisa. O segundo, denominado “O Processo de Ensino-Aprendizagem da Leitura e da Escrita”, subdividido em quatro seções, que exibem consecutivamente os conceitos de ensino, aprendizagem, leitura e escrita, na etimologia das palavras e na perspectiva dos pressupostos teóricos selecionados para este estudo. O terceiro capítulo, que oferece uma abordagem acerca de “Alfabetização e Letramento: um olhar para as crianças do 1º ano do ensino fundamental”. O quarto capítulo que faz a “Apresentação e Discussão os Dados” por meio da análise das observações das aulas e das entrevistas realizadas com as professoras e coordenadora. No quinto e último capítulo demarca as nossas considerações finais, embora com nuances de provisoriedade. Nele, delimitamos os “achados” da pesquisa e o nosso posicionamento sobre.

2 O PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

Neste capítulo priorizamos a princípio, abordar os conceitos de ensino, aprendizagem, leitura e escrita de acordo com o dicionário e alguns teóricos que discorrem sobre estes, para um melhor entendimento de seus significados.

2.1 ENSINO

Na etnologia da palavra o dicionário Aurélio (2008, p. 352), traz que ensino significa: “[...] transmissão de conhecimento, instrução, métodos”. Numa visão mais concreta, Freire (2011), concebe ensino como um ato em que quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

A criança necessita estimular a sua curiosidade no ato em aprender algo, neste caso, é o professor que tem esta função de ensinar a criança a descobrir suas respostas através de seus questionamentos com relação ao conteúdo apresentado em sala, procurando uma direção plausível a respeito, para que a criança seja capaz de encontrar meios para enriquecer seus conhecimentos com relação a sua aprendizagem perante o ensino oferecido pelo o professor.

O processo de ensino é pragmático, isto é uma construção pela qual se pretende obter certos objetivos e para isso se mobilizam meios, organizando-se em uma estratégia sequencial e lógica. Conforme Freire (2011.p. 28):

[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado ao lado do educador, igualmente sujeito do processo [...]. [...] neste sentido ensinar não se esgota no ” tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível [...]

Segundo Libaneo (2015) o ensino deve ser entendido (...) como uma ajuda ao processo de aprendizagem. Ajuda necessária, porque sem ela é pouco provável que os alunos cheguem a aprender, e aprender da maneira mais significativa possível, os conhecimentos necessários para seu desenvolvimento pessoal e para sua capacidade de compreensão da realidade e de atuação nela.

2.2 APRENDIZAGEM

O dicionário Aurélio (2008, p. 132), aponta que aprendizagem significa: “ato, ou processo ou efeito de aprender”. Tal significado não remete como se dá o processo de aprendizagem. Diante disso, neste trabalho optou-se pela perspectiva da epistemologia da palavra a partir das abordagens de Piaget (1998), Vygotsky (1991) e Fonseca (1995).

Segundo Piaget (1998), a aprendizagem é um processo de desenvolvimento intelectual, que se dá por meio das estruturas de pensamento e está estritamente relacionada à ação do sujeito sobre o meio. Para ele, o desenvolvimento cognitivo da criança inicia desde o nascimento e passa por vários estágios. O primeiro, é sensório-motor (0-2) anos, no qual a criança reage por reflexos. Depois, essa criança entra no estágio pré-operatório (2-7) anos, nesse período a criança passa a representar utilizando símbolos, letras e números e outros conseqüentemente. No operatório-concreto (7-12) anos, a criança é capaz de resolver através do raciocínio lógico os problemas diante da situação. E no último estágio (12-15) anos, o operatório-formal, a criança tem a capacidade de usar o pensamento abstrato, realizar suposições e pensar em probabilidades. Portanto, para Piaget (1998) a aprendizagem acontece em etapas: assimilação, acomodação e equilíbrio. Quando há a equilíbrio, há uma ampliação da estrutura lógica, logo, ocorreu uma aprendizagem. Em seguida, novo processo é iniciado.

Segundo Ferreira (1995), a aprendizagem se realiza na construção da própria criança sobre o objeto a ser conhecido, nesse caso, a escrita. Assim a aprendizagem ocorre na interação entre o objeto do conhecimento (língua escrita) e o sujeito consciente (que quer conhecer). Nessa concepção a criança constrói sua própria representação a esse sistema a partir do seu entendimento que é acompanhado por regras e suas limitações.

Para Vygotsky (1991) a aprendizagem ocorre sobre os níveis de desenvolvimento: o real, que exprime o desempenho da criança ao realizar suas tarefas sem ajuda de ninguém, e o potencial, aquele alcançado quando a criança recebe a ajuda de alguém. Imediatamente, outro processo de Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é iniciado e novas aprendizagens são construídas.

Compreende-se que o desenvolvimento real expõe a autonomia da criança nas atividades com suas funções amadurecidas, em que a criança como indivíduo

tem a capacidade de ser criativa e presente no processo de interação; em potencial estas funções ainda estão em fase de maturação necessitando de auxílio para a realização de suas atividades.

De acordo com Fonseca (1995), a aprendizagem é uma função do cérebro. Esta se dá de forma satisfatória quando as condições de integridade estão presentes tais como: funções do sistema nervoso periférico e sistema nervoso central, sendo que os fatores psicológicos são essenciais. Para alguns estudiosos como Vigotsky (1993), Marturano (1993), Piaget e Grécco (1974) existem dois hemisférios que trabalham em conjunto.

O hemisfério esquerdo que tem funções analíticas e o hemisfério direito que possuem as funções sintéticas dando-lhes como exemplo respectivamente: organização, seriação, atenção auditiva, fluência verbal incluindo alguns comportamentos da fala: raciocínio verbal, cálculo, leitura e escrita, também a dominação da linguagem e as funções psicolinguísticas. No hemisfério direito encontra-se o processo emocional, atenção visual, memória visual de objetos e figuras e complementa-se com os conteúdos não-verbais como as experiências, as atividades da vida diária, atividades interpessoais e outros.

Nota-se assim, que o ensino-aprendizagem estão interligadas por meio de uma reciprocidade de experiências dos sujeitos. Dessa maneira, nenhum professor pode ensinar um aluno a “ser capaz ou não ser”, mas pode agir no sentido de ajudá-lo a tornar-se “mais capaz” fazendo-o “apossar-se” de procedimentos motores, cognitivos e emocionais. (ANTUNES, 2002, p. 10).

O ensino e aprendizagem no processo de alfabetização são considerados pelos teóricos dois processos que tem funções indispensáveis para a realização desse processo, porém são interligados na ação dispendo para o aprendiz (a criança) efeitos satisfatórios para seu desempenho escolar.

Segundo Freire (2011) não existe ensino sem aprendizagem, ou seja, são concomitantes entre si, pois uma depende da outra. Portanto a rigor não podemos dizer que não houve ensino se não houve aprendizagem, por sem turno, embora o sujeito esteja sozinho ou aprendeu sozinho, ele recorreu à apostilha de uma linguagem, mas que teve a presença do outro (VASCONCELLOS, 2000).

Porque estas duas ações, ensino e aprendizagem, estão correlacionadas, uma vez que, não há aprendizagem sem ensino e ensino sem a intencionalidade de promover a aprendizagem. No entanto esta aprendizagem está relacionada a uma

concepção de educação que por sua vez, está relacionada a concepções de conhecimento e de currículo.

O ensino e aprendizagem são conceitos essencialmente relacionais e dialéticos. Ou seja, o que existe entre o ensino e a aprendizagem é uma relação de dependência ontológica (VEIGA apud VASCONCELLO, 1997)

Na visão em que o professor ensina e a criança aprende e vice versa haverá tanto uma interação quanto uma relação entre ambos, que costumeiramente desenvolvido na práxis demonstrarão resultados suficientes para uma boa educação escolar.

2.3 LEITURA

De acordo com Aurélio (2008 p. 511) leitura significa: “ato, arte ou hábito de ler; aquilo que se lê. Operação de percorrer em um meio físico, sequência que representa informações registradas, e reconverte-las á forma anterior como imagens, som e dados para processamento”.

Já a epistemologia da palavra leitura na abordagem de Martins (1994, p. 30) “considerar a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem”. A criança começa a ler através de tudo que a cerca, para depois ter o acompanhamento necessário para o desenvolvimento da leitura.

Ainda Martins (1994, p. 12) diz que para “[...] aprendermos a ler e compreender o processo de leitura, não estamos desamparados, temos condições de fazer algumas coisas sozinhos, mas necessitamos de alguma orientação [...]”.

Nessa perspectiva a criança tem o conhecimento prévio e a aprendizagem da leitura associado com este conhecimento e o acompanhamento do responsável e sua vontade de aprender desmistifica toda e qualquer dificuldade em que ela apresenta no envolvimento desse processo.

Nessa direção, para o processo de leitura acontecer precisa-se de um acompanhamento feito por pessoas preparadas e habilitadas academicamente, na perspectiva de romper com existência do ensino tradicionalista, expondo o processo ensino numa abordagem que a criança seja capaz de construir conhecimento através de suas experiências e conquistas vivenciadas.

A leitura é um meio pelo qual o leitor se expressa através da língua oral e escrita, possuindo características e regras a serem cumpridas durante a execução. Para os PCN “[...] a leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção de significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua” (BRASIL, 1997, p. 53). Assim sendo, é por meio da leitura que a criança transcreve através de sons representados por fonemas e grafemas a sua compreensão sobre o assunto exposto.

A leitura é o caminho apropriado para se chegar à aprendizagem, dando oportunidades ao indivíduo para realizar-se completamente no âmbito educacional. É através da leitura que o indivíduo é considerado alfabetizado sendo acompanhado pela escrita, embora exista também, aquele que não sabe ler convencionalmente, mas obteve a leitura do mundo através da realidade.

Sobre isso, Freire (2008, p. 32) assegura que, “[...] a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela”. Desse modo, é através da leitura do mundo representada por imagens que a criança identifica o significado das palavras através da decodificação e depois são transformadas para a escrita.

Nessa percepção Martins (1994, p. 25), afirma que, “[...] a leitura seria a ponte para o processo educacional eficiente, proporcionando a formação integral do indivíduo”. Nesse sentido, a leitura é considerada um dos processos de fundamental importância para a formação da criança, desde a educação infantil até o ensino superior. Acerca disso, os PCN destacam que “[...] a conquista da escrita alfabética não garante ao aluno a possibilidade de compreender e produzir textos em linguagem escrita. Essa aprendizagem exige um trabalho sistemático” (BRASIL, 1997 p. 33).

Para Smith (1978 apud Martins, 1994, p. 32):

[...] estudando a leitura, mostra que gradativamente os pesquisadores da linguagem passam a considerá-la como um processo, no qual o leitor participa como uma aptidão que não depende basicamente de sua capacidade de decifrar sinais, mas sim de sua capacidade de dar sentido a eles, compreende-los.

Percebe-se que a leitura é um processo bastante complexo, sendo preciso observar sua importância na sociedade. Por isso, existem conhecimentos profundos

do seu conceito, que envolvem características indispensáveis para a formação do indivíduo. Contribuindo Freire (2008, p.31) pontua que, “[...] o problema que se coloca não é o da leitura da palavra, mas o de uma leitura mais rigorosa do mundo que sempre precede a leitura da palavra”. Esse entendimento demonstra que para aprender a ler o mundo exige-se do leitor, uma maneira segura, em que se vincula as práticas sociais da linguagem.

2.4 ESCRITA

Na etnologia da palavra escrita, de acordo com Aurélio (2008. p. 365) esta significa “representação de palavras ou ideias por sinais, escritura, grafia, ato de escrever, aquilo que se escreve, escrituração mercantil, o que constitui uma rotina”. Enquanto que na abordagem de Rocco (1989, p. 25) a epistemologia da palavra escrita significa.

[...] um instrumento de dominação por excelência, ela é também um poderoso instrumento de liberação, além da garantia que proporciona ao indivíduo, de acesso aos direitos básicos dos nativos em uma sociedade letrada e que se proponha a ser democrática.

O desenvolvimento e o papel da escrita surgiram devido à necessidade da humanidade expressar seus pensamentos e raciocínio relacionados aos significados dos símbolos individuais transformados em algo mais consistente. Por isso, a escrita é considerada um dos instrumentos de grande importância para a construção da criança no processo de alfabetização, mas para a sua realização, é necessário que a criança, reconheça a importância da função da escrita no contexto social, por intermédio de seus códigos próprios e diferenciados para obter a construção dos materiais relacionados aos textos, contextos, situações e registros.

A propósito, Ferreiro (1987, p. 13) diz “[...] não se trata de que as crianças reinventem as letras nem os números, mas que, para poderem se servir desses elementos como elementos de um sistema, deve compreender seu processo de construção e suas regras de produção”. Que para Luria (2006, p. 144-145):

[...] A escrita pode ser definida como uma função que se realiza, culturalmente, por mediação. A condição mais fundamental exigida

para que a criança seja capaz de tomar nota de alguma noção, conceito ou frase é que algum estímulo, ou insinuação particular, que, em si mesmo, nada tem que ver com esta ideia, conceito ou frase, é empregado como um signo auxiliar cuja percepção leva a criança a recordar a ideia ,etc., à qual ele se refere .O escrever pressupõe portanto ,a habilidade para usar alguma insinuação (por exemplo ,uma linha, uma mancha, um ponto)como signo funcional auxiliar ,sem qualquer sentido ou significado em si mesmo, mas apenas com uma operação auxiliar.

Nessas abordagens, a escrita pode ser considerada uma ação que a criança expõe através de símbolos, códigos, desenhos ou letras, o que transmite através do som da fala e também de uso oral, ou seja, tornando impresso o que diz em palavras, frases ou texto com sentido real.

Baseada nos pressupostos de Vygotsky, Smolka (2008, p. 57) destaca que a linguagem escrita:

[...] é uma atividade criadora e constitutiva de conhecimento e por isso mesmo, transformadora. Nesse sentido, aquisição e o domínio da escrita como forma de linguagem acarretam uma crítica mudança em todo o desenvolvimento cultural da criança [...]. A criança quando aprende a ler e escrever passa a sentir domínio de suas habilidades que envolve os processos da leitura e escrita no seu desenvolvimento como indivíduo, facilitando sua aprendizagem em todos os sentidos e priorizando o conhecimento do saber.

Logo, a criança para se desenvolver culturalmente relaciona “[...] a aprendizagem do uso dos sistemas simbólicos como ferramentas culturais, entre eles, a linguagem, a escrita e as imagens” (CAVATON e BARBOATO, 2011, p. 81).

A criança ao sair do convívio familiar já traz consigo o conhecimento prévio e que estes conhecimentos são aperfeiçoados e acompanhados por responsáveis no ambiente escolar, desenvolvendo o ato de ler e escrever por meio de métodos encontrados metodologicamente para a sua construção com indivíduo letrado. Para isso, a criança precisa saber ouvir, porque é através da percepção auditiva que ela vai diferenciar linguisticamente os sons das letras e, conseqüentemente poder escolher a letra adequada para simbolizar cada som.

A esse respeito os PCN (1997, p. 52) se posicionam enfatizando que “[...] a escrita transforma a fala (a constituição da “fala letrada”) e a fala influencia a escrita (o aparecimento de “traços da oralidade” nos textos escritos)”. Dessa maneira, a criança só aprende a escrever quando ela for capaz de observar as unidades

sucessivas de sons da fala que são usadas para enunciar as palavras e diferenciá-las umas das outras. Através da audição ela percebe as diferenças encontradas da fala e na escrita e percebe por meio da pronúncia da palavra, o momento certo de isolar as palavras na corrente da fala, sendo escrito em dois espaços em branco.

Dessa forma, Gontijo e Leite (2002, p. 148) contribuem para apreensão da relação funcional da criança com a escrita e sua utilização como recurso mnemônico, ou seja. “[...] a linguagem escrita é um sistema de signos que serve de apoio às funções intelectuais, especificamente a memória”. Por meio da escrita que a criança representa a linguagem oral acompanhada pelo seu conhecimento prévio com relação à compreensão de seu desempenho cognitivo. Corroborando, Lemle (2007, p. 11) discorre:

[...], há, na escrita duas camadas sobrepostas de relação simbólica: uma relação entre a forma da unidade palavra e seu sentido ou conceito correspondente, e uma relação entre a sequência de sons da fala que compõem a palavra e a sequência de letras que transcrevem a palavra.

Nisso, a escrita representa duas versões para a criança em fase de alfabetização. A primeira é o seu conceito acompanhado pelo o conhecimento prévio e a segunda, a representação deste significado através do código escrito. É através da leitura e da escrita que se pode atualizar os conhecimentos do mundo que cerca as pessoas em convívio na sociedade e expressar pensamentos, opiniões, conclusões e outros conceitos aprofundado do conhecimento por meio do código escrito.

Como pode ser observado, a importância da leitura e da escrita no processo de alfabetização é indispensável, ao passo que é muito amplo e complexo, onde são apresentadas habilidades, estratégias e métodos de como ensinar as crianças, visando que estas alcancem as habilidades lingüísticas básicas, a saber: falar, escutar, ler e escrever, que conseqüentemente, estão subdivididas em dois eixos: o uso da língua oral e da escrita, fazendo reflexão sobre a linguagem oral aprendida e linguagem escrita adquirida corretamente, formando assim, leitores e escritores competentes. Sobretudo, porque a leitura e escrita são processos que auxiliam no cotidiano das pessoas, e isso acontece a partir da alfabetização, onde a criança desperta o interesse e a curiosidade em aprender a ler e conseqüentemente, a escrever.

3 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UM OLHAR PARA AS CRIANÇAS DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A alfabetização e letramento são dois processos distintos, mais interligados, que auxiliam na conquista da aprendizagem de uma criança. Legalmente (PNAIC), estes processos iniciam desde a educação infantil até o 3º ano do ensino fundamental, porém há quem defenda como sendo processos permanentes, que ocorrem ao longo da vida.

Entre os conceitos de alfabetização e letramento, Mortatti (2000), salienta a relação que há entre ambos, mas demonstra suas especificidades. Durante as décadas de 1970 e 1980, houve muitas razões para o fracasso escolar em que acontecia geralmente nas camadas mais pobres da população devido às carências cognitivas, culturais e sociais, apontando-se, como solução, propostas com base em princípios da educação compensatória.

No Brasil, na metade da década de 1980, se posicionaram as primeiras formulações da palavra letramento para instituir algo que transpõe o processo de alfabetização. Além de ler e escrever, saber utilizar estes dois processos em várias situações tornando-se fundamental na vida cotidiana da criança. Para Soares (1998, p. 24):

[...] a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folia livros, finge lê-los, brinca de escrever, ouve histórias, que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda analfabeta. Porque não sabe ler e escrever, mas já penetrou no mundo do letramento, já é de certa forma letrada.

Por conseguinte, alfabetizar e letrar não tem o mesmo conceito. Nesse sentido, alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente as demandas sociais de leitura e escrita.

Na década de 1990, o significado de alfabetização passou a vincular-se com outro termo: o letramento. Segundo Soares (1998), o termo letramento é a versão para o português da palavra da língua *inglesa literacy*, que significa estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Esse mesmo termo é definido do Dicionário Houaiss (2001, p. 16) “como um conjunto de práticas que

denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito”. Essas práticas sociais envolvem vários tipos de escritas desde gêneros textuais até cartazes, contação de histórias e outros, envolvendo a criança em um mundo alfabetizada e letrado.

A alfabetização considerada como o ensino das habilidades de “codificação” e “decodificação” foi transposta para a sala de aula no século XIX, mediante a criação de diferentes métodos de alfabetização - métodos sintéticos (silábicos ou fônicos) x métodos analíticos (global) - que padronizam a aprendizagem da leitura e da escrita. As cartilhas relacionadas a esses métodos passaram a ser amplamente utilizadas como livro didático para o ensino nessa área. No contexto brasileiro, a mesma sucessão de oposições pode ser constatada (MORTATTI, 2000).

A palavra letramento concebe em uma transformação no que diz respeito à palavra alfabetização, que é considerado como obtenção do código escrito, mas que representa o processo envolvendo as práticas sociais de leitura e escrita, apresentando em seu contexto o domínio e o uso da língua escrita que envolve a criança como um todo, iniciando-se nos aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, cognitivos e também, na forma e na linguagem. Esse processo é representado em suas ações e na relação da criança com os outros. Neste sentido o letramento, segundo Goulart (2006, p. 452), “[...] estaria relacionado ao conjunto de práticas sociais orais e escritas de uma sociedade”.

A criança precisa se tornar capaz de entender o conceito das coisas que a rodeia de forma que tenha compreensão entre o objeto e o significado usado na sua prática cotidiana. Com isso ela vai relacionando o objeto ao significado onde ela aprende a interpretar ou ler o que está sendo escrito ou visto por ela, de forma significativa. Para Soares, (1998, p. 13) “[...] Não é porque os processos de alfabetização e de letramento são diferentes que devem ser sucessivos. O ideal é alfabetizar letrando”. Nesse sentido, os dois processos são indissociáveis considerando o desenvolvimento das habilidades da representação da escrita e da leitura por meio das práticas sociais em que a criança está inserida.

Para acontecer à aprendizagem da criança é preciso que exista um processo envolvendo a alfabetização e o letramento ao mesmo tempo, onde fará com que ela, além de aprender a ler e a escrever, possa aprender a sua leitura e a escrita de maneira significativa. Uma criança considerada alfabetizada não terá um grau de leitura competente como uma que além de ser alfabetizada já esteja apta ao

letramento, conseguindo alcançar um patamar onde à mesma em qualquer problema ou circunstancia poderá resolver dando sua resposta a altura da pergunta feita por qualquer pessoa, existindo além da leitura e da escrita à compreensão do significado do objeto exposto pelo indivíduo (SOARES, 1998).

A leitura e a escrita precisam fazer parte constantemente da vida de um ser humano, principalmente, na vida da criança, onde o processo é lento e complexo na construção do conhecimento da mesma. Por isso, para acontecer esse processo e nele, grandes conquistas serem alcançadas, é preciso que as pessoas nele envolvidas trabalhem a leitura com sentido, aplicando vários métodos ou maneiras em que as crianças entendam, aprendam e também compreendam. Nesse percurso, Andrade (2011, p. 14) chama a atenção de que é “[...] É preciso acabar com a crença de que filhos de pais analfabetos ou que não possuem material de leitura em casa não tem condições de aprender”. Pensar desta forma é um grande equivoco.

É evidente que o processo de aprendizagem de crianças filhas de pais analfabetos e inseridas num ambiente aonde não dispõe de estímulos para apreensão da leitura e da escrita, tornará mais complexo em relação às crianças em que os pais possuem um grau de leitura e escrita avançado.

Contudo, cabe a escola (enquanto equipe) observar as diferenças de aprendizagens existentes entre as crianças e trabalhar com materiais que favoreçam a leitura contextualizada e de alcance para as suas realidades. Nesse decurso, o professor tem uma função muito importante, que por meio de estratégias e técnicas de leituras e escrita possa viabilizar o desenvolvimento da alfabetização e do letramento de todas as crianças, respeitando indistintamente, os passos e compassos de cada uma.

A alfabetização significa o ato de ler e escrever. Já o letramento é mais visível e complexo, onde envolve todas as culturas e indivíduos, porque engloba até crianças que não tem o domínio do código escrito, mas que possuem no cotidiano, as habilidades da leitura e escrita expostas em todos os lugares onde ela passa. O letramento é um processo vasto onde apresenta a leitura e a escrita, e isso ocorre na criança quando ela sabe distinguir através do raciocínio lógico, a imagem de embalagens, rótulos, cartazes, mesmo ela não tendo o domínio da leitura e da escrita propriamente dita, mas antecedendo na língua oral, a língua escrita através do seu conhecimento prévio no convívio social a que a mesma apresenta.

A criança que vive em ambiente estimulador (seja em casa ou na escola) ela terá facilidades com o hábito de leitura - livros, revistas, jornais, e outros -, que ajudarão na sua capacidade de ampliar seus conhecimentos e adquirir o domínio total dos signos linguísticos para uma boa alfabetização. Conforme diz Kleimam (2005, p. 33):

[...] As práticas de letramento fora da escola tem objetivos sociais relevantes para os participantes da situação. As práticas de letramento escolares visam ao desenvolvimento de habilidades e competências no aluno e isso pode ou não ser relevante para o estudante.

Apesar da alfabetização e do letramento estarem ligados, não são considerados como um grupo, e sim cada um tem seu procedimento diferenciado na aprendizagem do indivíduo. Tfouni (2006, p. 9) coloca: “[...] A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem”. Nota-se, portanto, que a alfabetização significa a criação da escrita onde o indivíduo toma conhecimento de métodos que seja capaz de ensinar a ler, escrever e também, aprender a se expressar corretamente entre as pessoas. Como diz Tfouni (2006, p. 15):

[...] de um ponto de vista sócio-interacionista, a alfabetização, enquanto processo individual, não se completa nunca, visto que a sociedade está em contínuo processo de mudança, a atualização individual para acompanhar essas mudanças é constante.

É enfatizado pela autora que só haverá progresso no processo de alfabetização se houver uma interação entre o indivíduo e a sociedade de forma atualizada, e o desenvolvimento seguindo de acordo com a realidade inserida, pois na alfabetização, deve apresentar propostas inovadoras para incentivar a classe educacional a despertar os interesses tanto dos alunos quanto dos professores.

O letramento é um aproveitamento do indivíduo no ato de ler e escrever. É o modo que o mesmo se encontra quando adquire a ação da leitura e escrita através da interpretação e compreensão do que está escrito, para considerar uma pessoa letrada ela além de ter conhecimento da escrita, precisa se aprofundar no desenvolvimento da leitura, não só a leitura em si, mas entender a fundo o que está sendo lido e conseqüentemente, ter a capacidade de produzir à escrita (TFOUNI, 2006).

Ainda Tfouni (2006, p. 20), “[...] O letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”. Logo, isso demonstra que o letramento só acontece quando o indivíduo apesar de ser um conhecedor de letras, ele tem sua concepção e a ação do saber decifrar detalhadamente o que a escrita representa. O letramento também acontece com as pessoas que são consideradas iletradas, ou seja, pessoas que não dominam a escrita, porém, que através da língua oral, sabe expressar sua definição de algo ou alguma coisa exposta em questão para análise.

O trabalho feito com a alfabetização na probabilidade do letramento deve está pautado na procura de atividades que concretiza o uso social da língua escrita, tanto fora da escola quanto dentro dela. As práticas de letramento diferenciarão em seu contexto afetando diretamente a língua escrita que é considerada uma das principais dificuldades encontradas nas crianças que tem ou não comunidades letradas.

Sendo assim, a relação entre a alfabetização e o letramento na vida escolar da criança é o resultado da aprendizagem da língua oral e escrita do código escrito, associado com as práticas sociais envolvidas neste sistema. Soares (2011, p. 15) define que “[...] alfabetização em seu sentido próprio específico é o processo de aquisição do código escrito das habilidades de leitura e escrita”. Desse modo, a alfabetização é a aprendizagem da codificação e decodificação dos sinais gráficos. Enquanto compreende-se por letramento com sendo “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2010, p. 18).

A autora afirma que a alfabetização é a aprendizagem de ler e escrever e o letramento é a prática desta leitura e escrita na compreensão obtida pela criança no processo de alfabetização que devem ocorrer dentro da escola. Porque para Soares (2010, p. 47) “alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário”. Portanto, o ideal é que a criança seja alfabetizada letrando, ou seja, que essa criança seja ensinada a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita.

Nesse trajeto, a criança necessita conviver com o material escrito e sendo orientada sistematicamente para apropriar do sistema de escrita, isso é realizado acompanhado com o letramento. É fundamental lembrar que existem os usos sociais

da leitura e escrita, que se consolidam em vários gêneros textuais. A respeito disso, Soares (2001, p. 24) coloca:

[...] um indivíduo pode ou não saber ler e escrever, isto, ser um analfabeto, mas ser, de certa forma, letrado (atribuindo a esse adjetivo sentido vinculado a letramento). Assim, adulto pode ser analfabeto porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita tem presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva (e é significativo que, dita usando vocabulário e estrutura próprios da língua escrita), se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e escrita [...].

Nesse sentido, não é necessário a criança saber ler e escrever para obter contato com os mais variados gêneros textuais. A relação com estes textos é o alicerce para alfabetizar letrando. No caso, a aquisição do código escrito e a inclusão nas práticas sociais envolvendo a leitura e a escrita aconteceriam ao mesmo tempo, construindo por meio desse processo uma criança autônoma e competente no processo de alfabetização de maneira complementar.

Considera-se que o letramento é um suporte que complementa a alfabetização envolvendo o código escrito juntamente com as práticas sociais envolvidas na leitura e escrita de um indivíduo ou um agrupamento de pessoas com o mesmo propósito de apreensão da leitura e escrita no processo de alfabetização.

No processo de alfabetização e letramento de crianças do primeiro ano do ensino fundamental, há que se considerar que, a CF de 1988 assegura a educação como direito primordial, sendo dever do estado e da família para o desenvolvimento da cidadania e a qualificação para o trabalho. Nisso, a educação básica, conforme prevista na LDBEN de 1996 que é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, deve garantir a permanência dos alunos a partir de 4 anos aos 17 ao ensino gratuito e obrigatório para todos.

Com as mudanças advindas da aprovação da Lei de nº 11.274/2006 que ampliou o ensino fundamental de 9 (nove) anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, as implicações para o processo de leitura e escrita, conseqüentemente, para a alfabetização e letramento das crianças do 1º ano do ensino fundamental, que adentra na escola, com as expectativas e aprendizagem

apreendidas nos espaços de educação infantil, sem almejar a escolarização, são intensificadas, exigindo novas formatações para os professores alfabetizadores dessas crianças.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo expõe e discute os dados coletados por meio das observações das aulas e das entrevistas realizadas com as professoras e a coordenadora com o objetivo de verificar as práticas de leitura e escrita realizadas pelas professoras do 1º ano do ensino fundamental em sala de aula e se os métodos utilizados por elas contribuem para o processo de apreensão da leitura e da escrita durante a alfabetização das crianças.

A respeito das entrevistas, quando indagadas sobre a definição de leitura, todas as entrevistadas reconhecem ser um hábito de ler, uma ação. Tais definições podem ser representadas por *P1* ao discorrer: “[...] é o hábito de ler, em que a criança se prepara para conhecer os livros, as letras, antes ela já traz o seu conhecimento prévio”.

Sobre esse entendimento podemos evocar Martins (1994, p. 12) ao dizer que:

[...] aprendemos a ler e compreender o processo de leitura, não estamos desamparados, temos condições de fazer algumas coisas sozinhos e necessitamos de alguma orientação [...]. Nessa perspectiva a criança tem o conhecimento prévio e a aprendizagem da leitura associado com este conhecimento e o acompanhamento do responsável e sua vontade de aprender desmistifica todo e qualquer dificuldade em que ela apresenta no envolvimento desse processo.

Assim, entende-se que a criança, mesmo antes de aprender a ler, já é envolvida – por ser histórico e cultural -, por diferentes signos e símbolos que permeiam o universo da leitura e da escrita, logo é portadora de conhecimentos prévios e estes, através de habilidades envolvendo a leitura e a escrita, se desenvolve com a participação de um (a) professor (a) que metodologicamente transforma em ação voltada para o processo de apreensão da leitura e consequentemente a aprendizagem da escrita.

Para os PCN “[...] a leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção de significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua” (BRASIL, 1997, p. 53). Diante disso, a leitura é considerada o resultado da ação do código escrito por meio de palavras, símbolos ou desenhos representados através da fala.

A respeito do entendimento das entrevistadas acerca da escrita, todas afirmaram ser um processo de identificação e utilização dos símbolos. Tal entendimento pode ser representado na fala de *P2*:

Consiste na utilização dos símbolos, dos sinais, identificar, escrever, expressar suas ideias, a ideia humana, a criança transcreve e através daquele desenho ela mostra outra forma de apresentar o que está pensando.

Para Lemle (2007, p. 11),

[...], há, na escrita duas camadas sobrepostas de relação simbólica: uma relação entre a forma da unidade palavra e seu sentido ou conceito correspondente, e uma relação entre a sequência de sons da fala que compõem a palavra e a sequência de letras que transcrevem a palavra.

Neste sentido, a criança ao aprender a identificar e também utilizar esta ação como complemento no processo de alfabetização visa a representar suas ideias através da representação de códigos ou símbolos que tem como definição a escrita.

A criança para desenvolver culturalmente relaciona “[...] a aprendizagem do uso dos sistemas simbólicos como ferramentas culturais, entre eles, a linguagem, a escrita e as imagens” (CAVATON e BARBOATO, 2011, p. 81). Para os autores a escrita é um simbolismo de segunda ordem, isto é um sistema de signo que designam os sons e as palavras da linguagem falada, que são signos das relações e entidades reais, e que irão, aos poucos, transformar-se em um simbolismo direto. Entende-se que a escrita é representada por nota, acompanhada por signos, letras ou códigos que são demonstrados através de linguagem falada de acordo com as relações e representações da realidade, em suma a escrita.

Sobre a alfabetização, as entrevistadas reconhecem ser a base para a codificação e decodificação das palavras. Sendo um processo complexo, como pontua *P2*: “É o início de tudo, é o processo de aprendizagem no sistema de alfabetização, é a base de tudo, é também muito complexo, você vai começar da base, do alicerce da criança”. Nessa Perspectiva, os PCN asseguram que a alfabetização é a aquisição, sistematização e apropriação do sistema de escrita que pressupõe a compreensão do princípio alfabético indispensável o domínio de leitura e escrita (BRASIL, 1997).

Tfouni (2006) define a alfabetização como a aquisição da escrita, entendida como aprendizagem de habilidade para leitura e escrita em prática de

linguagem efetiva em situações sociais definida. Portanto, a alfabetização está mais relacionada ao ensino formal da manifestação gráfica de leitura e escrita, um aspecto necessário a aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno.

A criança inicia na prática, a sua própria atitude de registrar. Luria (2006, p. 188) confirma que o processo de alfabetização “envolve a assimilação do mecanismo da escrita simbólica culturalmente elaborada e o uso de expedientes simbólicos para exemplificar e apressar o ato de recordação”. Corroborando, Tfouni (2006, p. 9) diz que: “a alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem”. Nota-se, portanto, que a alfabetização significa a criação da escrita onde o indivíduo toma conhecimento de métodos que seja capaz de ensinar a ler, escrever e também aprender a se expressar corretamente entre as pessoas.

Nesse entendimento, a alfabetização se configura como sendo a conquistada prática da leitura e da escrita como capacidade de exercitar no convívio social um ensino sistematizado e formal, obtendo-se o desenvolvimento da fala e da escrita da criança.

No tocante a segunda questão, que abordou sobre a definição de leitura e escrita no processo de alfabetização, as professoras foram unânimes em reconhecer que representa um processo contínuo, conforme pontua *P1*:

É um processo que cada aluno vai adquirindo no decorrer do ano que vai passando, a partir do momento que a criança vai conhecendo as letras, vai sentindo o prazer tanto de aprender, como falar, escrever e a ler.

Nessa direção, Kramer (2000a, p. 114) coloca:

[...] o que faz da escrita uma experiência é o fato de que tanto quem escreve quanto quem lê enraízam-se numa corrente, constituindo-se com ela, aprendendo com o ato mesmo de escrever ou com a escrita do outro, formando-se.

Na compreensão da autora, a leitura e a escrita necessitam ser concebida como experiência e não apenas como um hábito ou habilidade, mas ainda é notório que a escola não tem promovido a reflexão sobre o próprio uso da leitura e da escrita para além da decodificação como modalidade de experiência cultural (KRAMER, 2000b).

Nessa concepção, a leitura e a escrita são consideradas ações que edificam por meio de experiências, vivenciadas tanto para quem escreve quanto para quem lê com a presença de promover uma reflexão necessária para seu uso como prática social.

A coordenadora compreende que leitura e escrita no processo de alfabetização se dá principalmente, no 1º ano, como disse: “É no 1º ano que a maioria das crianças começam a conhecer as letras e as práticas da escrita e da leitura. A escrita é fundamental para uma boa aprendizagem”. Contudo, há discordâncias, pois a criança pode antes de seis anos, ter contato com vários recursos que a oportunizaram para a aprendizagem da leitura e da escrita, sobretudo em atividades trabalhadas na educação infantil relacionadas à codificação e decodificação do código escrito. É o que Brandão e Leal (2010, p. 43) chamaram de “obrigação da alfabetização” na educação infantil.

Ferreiro (1995 p. 77) diz que quando se decide:

[...] iniciar o aprendizado da leitura e da escrita antes do primário, vemos a sala de aula da pré-escola se assemelhar, notadamente do primeiro ano e a prática docente passa a seguir o modelo das mais tradicionais praticas do primário: exercício de controle motriz e discriminação perceptiva, reconhecimento e cópia de letras, sílaba ou palavra. Repetições em coro e nenhum uso funcional da língua escrita.

Nessa acepção, reconhece-se que a criança antes de ir para o convívio escolar ela já tem uma noção de leitura e escrita, no ambiente em que ela está inserida, com a presença de elementos que compõe o universo da leitura e da escrita, necessitando adaptá-la como um processo para o seu desenvolvimento.

A terceira questão envolveu os mecanismos ou meios utilizados para desenvolver o processo de alfabetização do 1º ano do ensino fundamental, na qual houve um consenso das entrevistadas em reconhecer a importância da utilização de material concreto, jogos, músicas e brincadeiras. Assim *P1* falou:

Trabalhamos com todos os tipos de jogos, esta aprendizagem é muito significativa e desenvolve muito, também é muito importante para à formação dos alunos e a partir de gravuras, imagens e o alfabeto móvel e outros procedimentos; foi muito proveitoso, gostei muito em trabalhar com esses materiais.

No sentido didático, pode-se reconhecer a importância da ludicidade. De acordo com as orientações do PNAIC:

Do ponto de vista didático, as brincadeiras promovem situações em que as crianças aprendem conceitos, atitudes e desenvolvem habilidades diversas, integrando aspectos cognitivos, sociais e físicos. Podem motivar as crianças para se envolverem nas atividades e despertam o interesse pelos conteúdos curriculares (BRASIL, 2012a, p. 7).

As brincadeiras ocasionam condições para que o professor introduza como procedimento metodológico, ajudando no desenvolvimento cognitivo, social e físico da criança e tendo como baluarte o lúdico que apresenta suas habilidades despertando-a interesse e a curiosidade de aprender.

Na quarta questão as entrevistadas falaram sobre os fatores que influenciam na apreensão de leitura e da escrita pelas crianças no processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, *P2* discorreu:

A dificuldade primordial é a ausência dos pais na vida escolar da sua criança, eu espero que os pais vejam a importância da família na escola, é uma das maiores dificuldades que eu encontro até hoje, independente de série (ano).

A relação da família com a escola tem sido apontada com muita intensidade na vida da escola básica (ANDRÉS, 2010; MENDES, 2009), como um dos principais problemas encontrados no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no processo de alfabetização da criança, tendo em vista que, embora sendo contextos distintos, tanto a escola como a moradia se constitui em ambientes alfabetizadores e são neles que a criança intercala a sua vida.

Nota-se, por conseguinte, a importância da família e da escola diante do processo de alfabetização das crianças, mostrando que o ambiente alfabetizador e as relações são contextos vivenciados pela criança e que ambos trabalhados juntos possibilitará autonomia diante das atividades relacionadas a leitura e escrita, mas que a sua ausência acarretará alguns transtornos diante do processo.

As entrevistadas falaram na quinta questão, sobre o percurso da alfabetização de crianças do 1º ano do ensino fundamental fazendo uma ponte com as perspectivas requeridas pela educação básica brasileira. Nisso *P2* falou:

Ser bem realista, está muito distante, ainda que eu veja uma controvérsia grande, a criança trabalhando com projetos dos 1º saberes da infância e está com dificuldade nas habilidades, porque as habilidades são muito complexas, eu vejo que na minha época tinha aquela nota para avaliar o desempenho do aluno, os alunos eram mais responsáveis e comprometidos, mas hoje como eles sabem que no 1º ano não existe nota, os alunos não estão se preocupando em aprender.

Percebe-se claramente que *P2* está arraigada num processo de ensino disciplinador, no qual foi formada – tomando sua vida escolar por fundamento - que por meio da avaliação se coíbia e mensurava o processo de aprendizagem de uma criança, deixando de contemplar a avaliação como um processo contínuo e qualitativo. Para Duarte (2001, p. 56):

Nesse caso, a alienação do trabalhador perante o processo gerará também a alienação no que se refere a produto, no caso, a formação do indivíduo educando. Assim, se o trabalho educativo se reduzir, para o educador, a um simples meio para a produção de sua existência, para a reprodução de sua cotidianidade alienada, esse trabalho não poderá se efetivar enquanto mediação consciente entre o cotidiano do aluno e a atuação desse aluno nas esferas não-cotidianas da atividade social. A atividade educativa se transformara, também ela, numa cotidianidade alienada, que se relacionará alienadamente com a reprodução da prática social.

No caso de *P2*, os seus procedimentos metodológicos parecem que não condizem com as exigências postas pela educação básica, sobretudo na realidade das crianças em processo de alfabetização. Sabe-se, contudo, que a alfabetização no 1º ano do ensino fundamental tem passado por reestruturação com relação aos conteúdos organizados no currículo escolar. Houve uma mudança com o surgimento do PNAIC (2012) que introduziu conceitos de habilidades e competências expostas pelo sistema, excluindo em seu currículo escolar as avaliações que detectava o resultado sobre a sua aprendizagem.

Neste direcionamento, aponta Francioli (2005, p. 48) que:

[...]. Quando o sistema exige mudanças de concepções, de metodologias – e isto ocorre quase sempre, a cada mudança de governo – do educador exige-se a mudança de sua prática pedagógica e o cumprimento de nova ordem estabelecida.

Sendo assim, uma vez adotado o PNAIC (2012), a formatação do processo avaliativo deve caminhar em consonâncias com os seus ciclos. De acordo com a fala de *P1* “Acho que não. O governo fez este projeto, mas na minha opinião, ficou a desejar, partes do projeto vale a pena, o governo não quer qualidade e sim quantidade de conteúdo”.

Portanto, na opinião de *P1*, o PNAIC não condiz totalmente com as necessidades da criança no processo de ensino e aprendizagem em leitura e escrita, entretanto *P1* se contradiz e deixa transparecer a ausência do conhecimento do Pacto, apesar de participar do programa, que foi:

[...] concebido constituindo-se num conjunto de ações e intenções que contribuem de forma significativa para o debate acerca dos direitos de aprendizagem das crianças do Ciclo de Alfabetização. Além disso, favorece os alunos com oportunidades significativas de aprendizagem partir de reflexões aprofundadas sobre o processo de alfabetização com base em letramento (BRASIL, 2012, p. 18).

Com relação à resposta de *C*, a mesma discorreu que: “[...] Na minha opinião os conteúdos devem ser elaborados e trabalhados com a necessidade do educando”. O PNAIC diz se tratar de “[...] uma proposta pedagógica coerente com as especificidades da segunda infância e que atende, também, as necessidades de desenvolvimento da adolescência”. No caso, *C* destaca o interesse de que os conteúdos sejam correspondente a necessidade da criança e que seja estabelecido dentro do PNAIC como um dos fatores primordiais a ser alcançado com a implementação do Pacto.

P2 disse que: “[...] apesar de cumprir com as normas estabelecidas pelo PNAIC, vejo distanciamento com a minha prática.” Observamos que na realidade, a prática de *P2* aparenta distanciamento com o contexto estabelecido pelo Pacto. Isso pode ocasionar discussões e polêmicas a respeito do processo de apreensão da leitura e da escrita das crianças.

Na sexta questão, as entrevistadas apresentaram suas percepções acerca da ampliação do ensino fundamental de 9 anos. Para *P1*:

Para mim teve prejuízo, antigamente nós trabalhávamos os níveis (1, 2 e 3) depois a alfabetização para chegar ao 1º ano do ensino fundamental, hoje não, o aluno que nunca foi a escola é diferente daquele aluno que já passou pelos os níveis, e fez a alfabetização,

este aluno já tem uma noção. Tenho aluno com 6 anos que nunca foi para a escola, eu vou ter que ensinar desde o início e já tenho aluno que já está bem adiantado, assim fica complicado trabalhar, mas o sistema educacional manda e temos que acompanhar este aluno.

Diante de algumas reflexões envolvendo a ampliação do ensino fundamental para nove anos, por meio da Lei 11.274/2006, algumas questões foram levantadas acerca do processo de transição da criança da educação infantil para o ensino fundamental. Para Brandão (2009):

[...] há ganhos por parte das famílias de baixa renda, no que se refere à ampliação do tempo na escola, visto que outras crianças oriundas de camadas sociais privilegiadas, já se encontram na instituição escolar, bem antes dos seis anos.

Nessa perspectiva, entende-se que as crianças possuem direito a ter acesso a diferentes linguagens, inclusive a linguagem escrita e a sua notação desde a educação infantil, convivendo de maneira lúdica, com a leitura e com a escrita, por meio do necessário e fundamental espaço da brincadeira, das interações e do contato com múltiplas linguagens na educação infantil - o que inclusive é ressaltado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009.

Para Soares (2011, p. 45) “a educação infantil é para que a criança se desenvolva socialmente e cognitivamente de forma lúdica. O que também é importante nas séries iniciais no ensino fundamental”. É muito importante que a criança inicie sua vida escolar do alicerce e este alicerce começa a partir da educação infantil, nela a criança aprende as primeiras orientações pedagógicas e a conviver socialmente com outras crianças.

Para P2:

Eu fico atrapalhada com esta mudança da nomenclatura do sistema quanto a representação dos anos, na minha concepção não é positivo, mas a gente tem que ir de acordo com o sistema que manda e nós temos que obedecer, até o aluno antes com 7 anos ia para o 1º ano, hoje o aluno com 6 anos já está no 1º ano do ensino fundamental, e tem alunos do 1º ano que nunca veio para a escola, e isto é complicado.

A criança do ensino fundamental inicia a vida escolar com 6 anos de idade, em alguns casos, até com 5 (cinco) anos de idade, em que antes da Lei 11.274/2006, a referida idade era da educação infantil. Com isso, o surgimento do

PNAIC que aconteceu na tentativa de complementar de forma significativa, o ciclo de alfabetização: introduzi aos 6 anos, amplia aos 7 e consolida com 8 anos a apreensão da leitura e da escrita no final do desse ciclo (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, *C* falou que: “[...] Vejo o PNAIC de forma positiva, pois o educando deve aprimorar mais seus conhecimentos que serão adquiridos os ciclos”.

As entrevistadas falaram na sétima questão, sobre seus conhecimentos acerca das demandas do PNAIC. Desta maneira, *P2* representa:

Eu fiz 3 anos de PNAIC, é criticado devido o dia escolhido, mas trazendo para a aprendizagem é muito bom e interessante com ensinamento do PNAIC, e ele é um compromisso formal assumido pelo governo federal que assegura que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, em que no 1º ano introduz, no 2º ano amplia e no 3º ano consolida o processo de alfabetização. É essa a visão do pacto, que passa muitas experiências de professores, trazem jogos, muita aprendizagem apesar de ser cansativo, mas vale a pena.

Com relação aos encontros a que *P2* se refere, o PNAIC realiza encontros com os professores credenciados ao Pacto, dispondo de assuntos a serem trabalhados em sala de aula por meio de materiais entregues aos professores para desenvolver os conteúdos previstos.

Sobre isso, *C* falou: “[...] o PNAIC tem ajudado muito na formação dos professores os quais tem trazidos materiais para dentro das salas de aula e com isso vem melhorando a educação dos alunos.” Logo, pode ser depreendido que o PNAIC tem ajudado no desenvolvimento das professoras alfabetizadoras ao possibilitá-las aprimorar seus conhecimentos na teoria e na prática para trabalhar com as crianças de 6 (seis) a 8 (oito) anos, objetivando que estas atinjam o domínio do código oral e escrito por meio de estudos e encontros ocorridos durante a programação do pacto. Conforme previsto:

[...] para tratarmos a alfabetização como um processo que integra a aprendizagem do Sistema da Escrita Alfabética à apropriação de conhecimentos e habilidades que favorecem a interação das crianças por meio de textos, orais e escritos que circulam na sociedade, precisamos garantir que a escola disponha de variados recursos didáticos (BRASIL, 2012, p. 17).

No documento está reconhecido que a sua elaboração foi de grande relevância para os profissionais de diversas áreas do sistema de ensino que disponibilizaram a sua construção. Este se trata de:

[...] um compromisso assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental (BRASIL, 2012, p. 11).

Assim, o PNAIC surgiu com o intuito de assegurar a alfabetização e o letramento da criança de 6 (seis) a 8 (oito) anos, provendo-a de todas as capacidades indispensáveis para a sua alfabetização, que deve ser concluída no término do ciclo do 1º ao 3º ano do ensino fundamental.

Na oitava questão, as entrevistadas discutiram sobre o processo de avaliação da aprendizagem das crianças de 1º ano do ensino fundamental. Nisso, *P2* descreveu que: “A gente faz o perfil inicial e o perfil final serve para saber se em todos os bimestres a criança avançou ou não, também recebe um fluxo para seguir com as habilidades e conteúdo”. A fala de *P2* demarca que a avaliação adotada pelo PNAIC (2012) é feita para garantir se a criança aprendeu ou não. O foco é uma avaliação formativa voltada para a redefinição permanente das prioridades e planejamento contínuo do fazer pedagógico, como coloca: “[...] com base em dados de avaliação, pode-se definir quais estratégias usar, considerando o tempo previsto para as aprendizagens (BRASIL, 2012, p. 22).

Para Hoffmann (2013, p. 54):

[...] o método de análise qualitativa sugere registros descritivos e significativos acerca dos objetivos alcançados /a alcançar pelo aluno, para melhor entendimento da aprendizagem individual. Tais registros passam a ser compartilhados por alunos e professores sobre os avanços que podem ser feitos em relação à competência da língua escrita, seguindo-se os princípios de intencionalidade e de reciprocidade da avaliação mediadora.

Na visão da autora ela revela que, a avaliação é um processo que tem objetivos a serem alcançados pelo aluno atribuído pelo professor por meio de metodologias realizadas em sala de aula, um processo contínuo, avaliativo e complexo quanto a mediação do(a) professor(a) buscando ao seu término um resultado harmônico perante as partes - aluno e professor -, relacionadas no

processo de alfabetização. Complementando essa linha de pensamento, Luckesi, (2015, p. 125):

[...] A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como é no redimensionamento da direção da ação. A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível.

Do ponto de vista do Pacto, no primeiro ano do ensino fundamental as crianças devem ser avaliadas a partir do desenvolvimento de suas habilidades e competências durante o processo ensino-aprendizagem ocorrido no ano letivo, sendo acompanhado atentamente pelo professor que observará se a criança atingiu ou não as metas a serem alcançadas durante o tempo determinado pelo PNAIC (2012).

Para finalizar as entrevistas, elas responderam a nona questão com as suas compreensões, sobre as habilidades em leitura e escrita que as crianças de 1º ano precisam adquirir para avançar para o 2º ano. Nesse sentido, *P1* pontuou:

Os professores do 1º ano vão introduzir os conteúdos para que o aluno aprenda algo e depois ele vai consolidando até o 3º ano. Hoje sabemos que o aluno não é reprovado no 1º e no 2º ano, só no 3º que pode reprovar. É um processo contínuo do 1º ao 3º que foi justamente a mudança que aconteceu nas séries iniciais.

Conforme previsto no Pacto, a criança quando finaliza o 1º ano do ensino fundamental deve saber dominar o código escrito e oral e a sua compreensão relacionada com as práticas sociais que acerca. Nesta perspectiva, a criança no 2º ano vai aprimorar esses conhecimentos através da compreensão e do aprendizado em si. Logo que:

Ao término do primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, espera-se que os alunos já tenham atingido uma hipótese alfabética de escrita, tendo se apropriado da quase totalidade de propriedades e convenções agora apresentadas. No segundo ano, as práticas de ensino do SEA devem estar voltadas para a consolidação do conhecimento das diferentes relações som-grafia de nossa língua, de modo a permitir que a criança possa ler e escrever palavras, frases e alguns textos de menor extensão (BRASIL, 2012).

Dessa forma, *P2* falou:

Acredito que a criança vai para o 2º ano sabendo escrever palavras, conhecendo as letras do alfabeto maiúsculo e minúsculo, que ela já possa fazer palavras, frases ou pequenos textos, que vai para o 2º ano com alguma base do 1º ano.

De acordo com o Pacto (2012, p. 15):

No segundo ano do ciclo de alfabetização, as práticas de ensino SEA devem, portanto, estar voltada para a consolidação desse processo isto, para o domínio das correspondências som-grafia de nossa língua, de modo a que os alunos consigam ler e escrever com autonomia.

Nessa lógica, a criança quando passa do 1º para o 2º ano do fundamental deve ter as noções através do conhecimento prévio da leitura e da escrita, sendo concretizada no 2º ano, em que a criança vai adquirir autonomia por meio das habilidades linguísticas que acompanha este processo de maneira que no seu término do 3º ano do ciclo de alfabetização, estas crianças atinjam o domínio da escrita e da leitura convencionalmente.

Já *C*, abordou que: “os alunos do 1º ano devem participar de interações orais, escutar com atenção, produzir textos orais, ler palavras e produzir pequenos textos para que eles avancem para o 2º ano”.

A partir das entrevistadas, foi possível alcançar o entendimento de que para a criança ser capaz de desenvolver as habilidades básicas: falar, ouvir, ler e escrever é candente a necessidade de desenvolver, paralelamente, às atividades realizadas em sala de aula, um ensino ajustado com as necessidades das crianças do 1º ano, que estão no processo de alfabetização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises dos dados alcançados, foi possível constatar algumas dificuldades apontadas pelas participantes da pesquisa, que inviabilizam a apreensão da leitura e da escrita no processo de alfabetização das crianças do 1º ano do ensino fundamental, tais como: ausência de atividades voltadas especificamente para a preparação cognitiva das crianças no tocante a construção das habilidades básicas de leitura e escrita; a omissão por parte do sistema educacional com relação formação docente, no que diz respeito a estratégias pedagógicas voltadas para a apreensão da leitura e escrita de crianças do 1º ano do ensino fundamental, ou de métodos de acordo com as necessidades das crianças. Fato que tem dificultado que as crianças, no processo ensino-aprendizagem, desenvolvam as habilidades linguísticas esperadas para essa fase.

O intuito desta pesquisa foi de compreender como vem ocorrendo a apreensão da leitura e da escrita durante a alfabetização de crianças de 6 (seis) anos, e demarcar a realidade vivenciada por essas crianças, sujeitos singulares e de direitos subjetivos. Nesse espaço, nos deparamos com uma conjuntura complexa, uma vez que o desenvolvimento da criança no processo de alfabetização, a leitura e a escrita exerce uma função individual, o seu desempenho de aprendizagem do código escrito e oral e no social aborda a relação de indivíduo “criança” nos grupos sociais em que a mesma participa.

Contudo, ressaltamos a estima do acordo profissional, da procura pelo prosseguimento de estudos como também de procedimentos alternativos de trabalho para que o alcance de melhorias significativas na alfabetização dessas crianças. Nisso, o PNAIC tem se configurado como um suporte para a coordenadora e as professoras entrevistadas.

As habilidades da leitura e escrita são importantes na formação humana, principalmente, no início da sua vida escolar, onde através das mesmas a alfabetização e o letramento atuam como suporte na aprendizagem de uma criança dentro desse processo alfabetizador.

Assim, reafirmamos com este estudo, que a apreensão da leitura e da escrita no processo de alfabetização da criança, é de muita importância, uma vez que, é através da leitura e da escrita que as crianças adquirem conhecimentos cognitivos e

intelectuais que auxiliarão na comunicação entre as pessoas e o mundo que as cercam.

Demarcamos que para uma criança ser considerada alfabetizada, ela precisa não só dominar a leitura e a escrita, mas desenvolver corretamente as habilidades que tanto ambas oferecem a uma criança no processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, para que as crianças se tornem leitores e escritores competentes, é fundamental que os professores ajudem-nas a desenvolver estratégias, métodos, maneiras e habilidades que envolvam tanto a leitura quanto a escrita de procedimentos encontrados em livro, revistas, internet, e outros, de grande ajuda e valia para o desenvolvimento humano.

Ressaltamos a importância do empenho profissional do professor, no sentido de desempenhar um trabalho pedagógico com qualidade e responsabilidade, ao passo que ratificamos a urgência na formatação do ensino tradicional que ainda é privilegiado no contexto da escola básica pública. É preciso e urgente encontrar soluções e desmistificar alguns entraves que são colocados tanto para as crianças como para os professores, que na maioria das vezes, agem com muito empenho na busca por melhoria no sistema educacional brasileiro.

Para tanto, precisamos reivindicar dos governantes maneiras eficientes para estimular o processo de apreensão da leitura e da escrita da criança que se encontra em processo de alfabetização no 1º ano do ensino fundamental, sobretudo, de professores bem preparados e remunerados, capazes de adotar e usar estratégias pedagógicas significativas para a construção do sujeito como cidadão e a formação plena da criança como inserida no âmbito educacional.

Assim, cabe aqui pontuar que, nesta investigação sobre a leitura e a escrita no processo de alfabetização de crianças do 1º ano do ensino fundamental, foram observadas ocasiões em que os discursos inseridos nos documentos legisladores analisados, dos teóricos utilizados e os discursos das entrevistadas, não se articulam, em termos de teoria e a prática, bem como de efetivação dos documentos no contexto da escola. Embora, também, não podemos negar as convergências, ainda que mínimas, entre os discursos analisados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, B. G. **Impactos de práticas pedagógicas centradas no letramento em crianças pré-escolares**. 2011. 249f. (Dissertação - Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campina, 2011.

ANTUNES, Celso. **Novas maneiras de ensinar, novas maneiras de aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARBATO, S. **A fala egocêntrica da criança de seis anos na concentração coletiva da escrita**. Revista Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa. v. 1, n.11, p.78-102. set. 2011. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Acesso em: 23 jul.2012.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi.; Leal, Telma Ferraz. **Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa?** In: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Souza. **Ler e Escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógica**. Belo Horizonte: Autentica, 2010.p.13-31.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi. **A ampliação do Ensino Fundamental contribuiu para a escolarização precoce?** 2009. Disponível em:< [http: ne 10.uol.com.br/canal/educação/noticia/2009/12/09/ampliação-do-ensino-fundamental-contribuiu-para-a-escolarização-precoce-208046, php](http://ne10.uol.com.br/canal/educa%C3%A7%C3%A3o/noticia/2009/12/09/amplia%C3%A7%C3%A3o-do-ensino-fundamental-contribuiu-para-a-escolariza%C3%A7%C3%A3o-precoce-208046.php)>Acesso em: agosto de 2014

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. **Encontro de Coordenadores do Pacto pela alfabetização na idade certa**. Brasília: MEC, 2014.

_____. **Ludicidade na Sala de Aula**. PNAIC, Ano 01. Unidade 4. Brasília: MEC/SEB, 2012a

_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Planejamento escolar: alfabetização e ensino da língua portuguesa (ano 1: unidade2) /Ministério da Educação - Brasília: MEC. SEB, 2012.

_____.**Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa/ MEC/SEF. – 3ª Edição**. Brasília: 1997.

CAVATON, M. F. F. **A mediação da fala, do desenho e da escrita na construção de conhecimento da criança de seis anos.** 2010.174f. Tese (doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FERREIRO, Aurélio Buarque de Holanda Miniaurélio: **o minidicionário da língua portuguesa dicionário/Aurélio Buarque de Holanda: coordenação de edição Marina Baird Ferreira; equipe de lexicografia Margarida dos Anjos-7.ed-Curitiba: Ed.Positivo; 2008.**

DIAS, Ana Iório. **Ensino da linguagem no currículo.** Fortaleza: Tropical, 2001.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vygotsky.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2001

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização.** 23. ed. São Paulo: Cortez,1995.

_____. **Reflexões sobre alfabetização.** São Paulo: Cortez & Autores Associados. 1987.

FONSECA V. **Dificuldades de Aprendizagem.** 2.ed.Porto Alegre. RS. Artmed,1995

FRANCIOLI, F. A. S. **Profissão docente:** uma análise dos fatores intervenientes na prática educativa. Ponta Grossa, 2005. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de Estadual de Ponta Grossa.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários á pratica / educativa/Paulo Freire, São Paulo, Paz E Terra, 2011.

_____. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam, 49ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação a pesquisa científica/ 3 ed-Campinas, SP: Editora Alínea,2003, 80 p.**

GOULART. C. **Letramento e modos de ser letrado:** discutindo a base teórica-metodológica de um estudo. In: Revista Brasileira de Educação [online]. Rio de Janeiro, 2006, v.11, n. 33, p. 450-460.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação redações**: metodologias e instrumento de avaliação / Jussara Hoffmann – Porto Alegre, RS: Mediação, 2013.

HOUAISS, A. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.

KLEIMAN, Ângela. **Preciso “ensinar “o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** CEFIEL/IEL/UNICAMP. Ministério da Educação. Governos Federal, 2005.

_____. **Oficina de leitura**: teoria e prática, 6ª edição. Campinas, São Paulo, 1998.

KRAMER, S. (Org.) **Leitura e escrita como experiência**: seu papel na formação de sujeitos sociais. *Presença Pedagógica*, v.6, n.31, p.17-27, jan. /fev.2000b.

_____. **Escrita, experiência e formação-múltiplas possibilidades de formação de escrita**. In. CANDAU, V.M. (Org.) *Linguagens, espaços e tempo no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro, DP&, 2000^a, P.105-121.

LEITE, S. A. da S. **A escrita como recurso mnemônico na fase inicial de alfabetização escolar**: uma análise histórico cultural. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 78, p.143-167, abril. 2002.

LEMLE, Miriam. *Guia teórico do alfabetizador* /Miriam Lemle – 17ª edição. São Paulo: Ática, 2007, 71 p. (princípios; 104)

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente** / José Carlos Libâneo. – 13. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época; v.2)

LUCKESSI, Cipriano Carlos. **Planejamento e Avaliação na Escola**: articulação e necessária determinação ideológica. [on line]. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_15_p115-125_c.pdf> Acesso em: 23 out.2015

LÚRIA, A. R. **O desenvolvimento da escrita da criança**. In. VIGOTSKI, L.S; LÚRIA, A. R. ; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.p.143-89.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. - (coleção primeiros passos; 74).

MATURANO E. M, LINHARES M. B.M, PARREIRA V. L.C. **Problemas emocionais e comportamentais associados a dificuldades na aprendizagem escolar.** Medicina Ribeirão Preto. 1993; 26 (2): 161-75.

MENDES, A. **Implicações da cultura grafocêntrica na apropriação da escrita e da leitura em dois diferentes contextos.** 2009. 162f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORAIS, Arthur Gomes de. **Ortografia: ensina e aprende.** 4ª edição. São Paulo: Ática, 2002.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização.** São Paulo: Ed. UNESP; CONPED, 2000.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1998.

PIAGGET, J., Grecco P. Aprendizagem e conhecimento, Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos;1994.

RICHARDSON, Roberto Jarry Richardson, Pesquisa Social: **métodos e técnicas**/ Roberto Jarry; colaboradores José Augusto de Souza Peres et al.). -3. ed. -11. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010

ROCCO, Maria Thereza Fraga. “**Oral e escrito: seções e interseções**”. In: leitura: Teoria e Prática. ABL, ano 8. nº 14 dezembro/89: 24-31.

SMOLKA, A. L. B. A. **Acrição na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento** / Magda Soares, 6ª edição. São Paulo: Context, 2010.

_____. **Aprendizagem lúdica.** Revista Educação. ago/2011. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/O/aprendizagem-lúdica-240352-1.asp>>. Acesso em: Agosto de 2014.

_____. **Letramento: um tema em gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização.** - 8ª edição – São Paulo, Cortez, 2006. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 47).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. – 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VYGOTSKY L. S. A. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro das Entrevistas

1- Questões articuladoras do TCC: LEITURA E ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

1º) Para você, o que é:

- a) Leitura?
- b) Escrita?
- c) Alfabetização?

2º) Como você define leitura e escrita no processo de alfabetização das crianças do 1º ano do ensino fundamental?

3º). Considerando as peculiaridade das crianças, quais os mecanismos ou meios que você utiliza para desenvolver o processo de alfabetização no 1º ano do ensino fundamental?

4º). Durante o processo de ensino-aprendizagem, você percebe fatores que influenciam na apreensão da leitura e da escrita pelas crianças? Quais?

5º) na sua compreensão, o percurso de alfabetização de crianças do 1º ano do ensino fundamental tem sido condizente com as perspectivas requeridas pela educação básica brasileira?

6º) Como você percebe a ampliação do ensino fundamental de 9 anos?

7º) Você tem conhecimento acerca das demandas do PNAIC?

8º) Para você, como é o processo de avaliação da aprendizagem das crianças de 1º ano do ensino fundamental?

9º) De acordo com a sua compreensão, quais as habilidades em leitura e escrita as crianças de 1º ano precisam adquirir para avançar para o 2º ano?

Apêndice B – Entrevistas Transcritas

Transcrição das entrevistas

Sujeitos	Questão 1		
	Leitura	Escrita	Alfabetização
P1	É o hábito de ler, em que a criança se prepara para conhecer os livros, as letras ,antes ela já traz o seu conhecimento prévio .	A criança vai conhecendo os signos e os desenhos no decorrer do processo durante o ano.	Quando ela conhece e tem o prazer de aprender a codificar e a decodificar este processo durante o ano letivo.
P2	Consiste na ação de ler, no hábito de ler, conhecer a visão de mundo, a partir da criança começar as primeiras palavras por meio de plaquinhas,isto é uma descoberta ,é algo muito valioso.	Consiste na utilização dos símbolos, dos sinais, identificar, escrever, expressar suas ideias, a ideia humana, a criança transcreve e através daquele desenho ela mostra outra forma de apresentar o que está pensando .	É o início de tudo, é o processo de aprendizagem no sistema de alfabetização, é a base de tudo, é também muito complexo, você vai começar da base do alicerce da criança.
C	É uma ação, um hábito de ler e através da leitura interpretar o que foi lido.	E mostrar algo com letras, símbolos ou desenhos.	É construção do conhecimento que é adquirido através da prática da leitura e escrita.

Sujeitos	Questão 2
	Definição de leitura e escrita no processo de alfabetização
P1	É um processo que cada aluno vai adquirindo no decorrer do ano que vai passando, a partir do momento que a criança vai conhecendo as letras, vai sentindo o prazer tanto de aprender, como falar ,escrever e a ler.
P2	E uma continuação no nível da criança, assim a alfabetização já traz a visão do mundo, ela já vem com as ideias prévias, ali ela vai reproduzir, vai da continuidade o que a criança aprendeu sendo mais aprofundado.
C	É no 1º ano que a maioria das crianças começam a conhecer as letras e as práticas da escrita e da leitura, a escrita é fundamental para uma boa aprendizagem.

Sujeitos	Questão 3
	Quais os mecanismos ou meios que você utiliza para desenvolver o processo de alfabetização do 1º ano do ensino fundamental.
P1	Trabalhamos com todos os tipos de jogos ,esta aprendizagem é muito significativa e desenvolve muito, também é muito importante para à formação dos alunos e a partir de gravuras , imagens e o

	alfabeto móvel e outros procedimentos ; foi muito proveitoso, gostei muito em trabalhar com esses materiais .
P2	Apesar de este ano trabalhar com o 1º ano ,é muito valioso trabalhar com músicas ,teatro ,bingo de letras ,de palavras ,cd,dvd ,historinha infantis contadas ,toda a criança precisa esta motivada e para estimular essa motivação é mostrar coisas diferenciadas .Assim da prioridade ao alfabeto ,as letras sendo trabalhadas em bastão e cursiva.
C	Juntamente com a equipe escolar professores, coordenador e a direção da escola buscando metodologias novas voltada para a atenção do aluno, trabalhamos com material concreto como jogos, letras, colagens e pinturas entre outros.

Sujeitos	Questão 4
	Durante o processo de ensino-aprendizagem quais os fatores que influenciam na apreensão de leitura e da escrita pelas crianças?
P1	O acompanhamento dos pais, porque hoje em dia os pais acham que é só na escola esse acompanhamento, pelo contrário os pais devem acompanhar a educação dos seus filhos em todos os sentidos, quando estas crianças são acompanhadas pela família a aprendizagem é bem melhor.
P2	A dificuldade primordial é a ausência dos pais na vida escolar da sua criança, eu espero que os pais vejam a importância da família na escola, é uma da maior dificuldade que eu encontro até hoje, independente de série.
C	Um dos fatores é a questão do acompanhamento dos pais, se as famílias acompanhassem seus filhos, a aprendizagem seria bem melhor.

Sujeitos	Questão 5
	Na sua compreensão, o percurso da alfabetização de crianças do 1º ano do ensino fundamental tem sido Condizente com as perspectivas requeridas pela Educação Básica Brasileira?
P1	Acho que não. O governo fez este projeto ,mas na minha opinião ficou a desejar, partes do projeto vale a pena ,o governo não quer qualidade e sim quantidades de conteúdo.
P2	Ser bem realista ,esta muito distante, ainda que eu vejo uma controvérsia grande, a criança trabalhando com projetos dos 1º saberes da infância e esta dificuldade das habilidades ,porque as habilidades são muito complexas ,eu vejo que na minha época tinha aquela nota para avaliar o desempenho do aluno, os alunos eram mais responsáveis e comprometidos, mas hoje como eles sabem que no 1º ano não existe nota ,os alunos não estão se preocupando em aprender.
C	Na minha opinião os conteúdos eles devem serem elaborados e trabalhados com a necessidade do educando.

Sujeitos	Questão 6
	Como você percebe a ampliação do ensino fundamental de 9 anos?
P1	Para mim teve prejuízo, antigamente nós trabalhávamos os níveis

	(1,2 e 3) depois a alfabetização para chegar ao 1º ano do ensino fundamental, hoje não, o aluno que nunca foi a escola é diferente daquele aluno que já passou pelos os níveis, e fez a alfabetização, este aluno já tem uma noção. Tenho aluno com 6 anos que nunca foi para a escola, eu vou ter que ensinar desde o início e já tenho aluno que já está bem adiantado, assim fica complicado trabalhar, mas o sistema educacional manda e temos que acompanhar este aluno.
P2	Eu fico atrapalhada com esta mudança da nomenclatura do sistema quanto a representação dos anos, na minha concepção não é positivo, mas a gente tem que ir de acordo com o sistema que manda e nós temos que obedecer, até o aluno antes com 7 anos ia para o 1ºano, hoje o aluno com 6 anos já está no 1ºano do ensino fundamental, e tem alunos do 1ºano que nunca veio para a escola, e isto é complicado.
C	Vejo de forma positiva, pois o educando deve aprimorar mais seus conhecimentos que serão adquiridos durante estes 9 anos.

Sujeitos	Questão 7
	Você tem conhecimento acerca das demandas do PNAIC?
P1	Tenho,já participei 3 anos ,gostei ,é bastante proveitoso aprendi muito como PNAIC,é um projeto que veio ajudar porque tinha coisa que os professores não tinha conhecimento e no PNAIC descobri este conhecimento muito mais .O que eu não concordo é as reuniões do PNAIC serem realizadas aos sábados, mas é muito bom.
P2	Eu fiz 3 anos de PNAIC ,é criticado devido o dia escolhido ,mas trazendo para a aprendizagem é muito bom e interessante com ensinamento do PNAIC, e ele é um compromisso formal assumido pelo o governo federal que assegura todas as crianças estejam alfabetizadas até aos 8 anos de idade do 3º ano do fundamental onde ele começa no 1º ano a introduz, no 2º ano amplia e no 3º ano consolida ,essa visão que ele tem que passando muitas experiências de professores ,trazem jogos, muita aprendizagem apesar de ser cansativo, mas vale a pena.
C	Tenho sim, o PNAIC tem ajudado muito na formação dos professores dos quais tem trazidos materiais para dentro das salas de aula e com isso vem melhorando a educação dos alunos.

Sujeitos	Questão 8
	Para você como é o processo de avaliação da aprendizagem das crianças de 1º ano do ensino fundamental?
P1	Essa avaliação hoje em dia não é como antes ,hoje a criança é avaliado por meio das habilidades e competências e que você avalia todos os dias o desenvolvimento desta criança, só que na minha opinião era melhor quando ,porque os alunos se interessam mais ,e sem nota eles acham que pode fazer o que quiser ou não podem.
P2	Agente faz o perfil inicial e o perfil final serve para saber de todos no bimestre, se a criança avançou ou não, também recebe um fluxo para seguir com as habilidades e conteúdo.

C	O processo de avaliação é contínuo, onde o aluno é avaliado através do seu desempenho no decorrer do ano.
---	---

Sujeitos	Questão 9
	De acordo com sua compreensão, quais as habilidades e em leitura e escrita as crianças de 1º ano precisa adquirir para avançar para o 2ºano?
P1	Os professores do 1º ano vão introduzir para que o aluno ele aprenda algo e depois ele vai consolidando até o 3º ano ,hoje sabemos que o aluno não é reprovado no1º e 2 não reprova e do 3º um processo contínuo do 1º ao 3ºque foi justamente a mudança que aconteceu nas séries iniciais.
P2	Acredito que a criança vai para o 2º ano sabendo escrever palavras, conhecendo as letras do alfabeto maiúsculo e minúsculo, que ela já possa fazer palavras, frases ou pequenos textos, que vai para o 2º ano com alguma base do 1ºano.
C	Os alunos do 1º ano devem participar de interações orais, escutar com atenção, produzir textos orais, ler palavras e produzir pequenos textos para que ele avance para o 2ºano.

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre Esclarecido



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Bom dia (boa tarde ou noite), meu nome é **Francimara Dantas Braga**, sou aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande e o/a Sr.(a) está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa intitulada *Leitura e Escrita no Processo de Alfabetização de crianças do 1º ano do Ensino Fundamental*

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS: As intenções e motivações desse estudo deve-se ressaltar a necessária e devida contribuição da Universidade Pública na contínua referencialização do ensino superior por intermédio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, nesse caso, desdobradas nas frentes de trabalho da iniciação científica. O objetivo dessa pesquisa é Analisar como ocorre a leitura e a escrita de crianças no processo de alfabetização do 1º ano do ensino fundamental

O (Os) dado(s) serão coletados da seguinte forma: o/a Sr.(a) irá participar de uma entrevista, estruturada em um roteiro, que aborda pontos relacionados ao modo que o objeto deste estudo será problematizado.

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS: Embora eu tenha o máximo de cuidado para com seu bem-estar é possível um eventual desconforto com as questões a lhe serem perguntadas ou, até mesmo, uma compreensão de sua parte de possível má interpretação de dados de minha parte. Entretanto, em todas as etapas dessa pesquisa, serão depreendidos todos os esforços possíveis para evitar riscos tais quais: constrangimentos, má interpretações nas análises e para com conclusões que não correspondam proporcionalmente a sua compreensão da dinâmica de trabalho em relação ao meu objeto de estudos. Como uma das garantias, sua confidencialidade será assegurada o seu anonimato, via letra inicial de sua profissão e número para sua identificação e indicar a sequência dos sujeitos desse estudo e os dados revelados aqui serão tratados com absolutos padrões éticos, conforme Resolução CNS 466/12.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: A participação do/da Sr.(a) nessa pesquisa não implica necessidade de acompanhamento e/ou assistência posterior, tendo em vista que a presente pesquisa não tem a finalidade de realizar diagnóstico específico para

o/a senhor/a, e sim identificar fatores gerais da população estudada. Além disso, como no roteiro de entrevista não há dados específicos de identificação do/da Sr.(a), a exemplo de nome, CPF, RG, outros, não será possível identificá-lo/a posteriormente de forma individualizada.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: O/A Sr.(a) será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. O/A Sr.(a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de prestação de serviços. Os/As pesquisadores/pesquisadoras irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa permanecerão confidenciais podendo ser utilizados apenas para a execução dessa pesquisa. O/A Sr (a) não será citado(a) nominalmente ou por qualquer outro meio, que o identifique individualmente, em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado, assinada pelo Sr.(a) na última folha e rubricado nas demais, ficará sob a responsabilidade do pesquisador responsável e outra será fornecida ao/a Sr.(a).

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para o/a Sr.(a) e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Não é previsível dano decorrente dessa pesquisa ao/a Sr.(a), e caso haja algum, não há nenhum tipo de indenização prevista.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE: Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci todas minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e desistir de participar da pesquisa se assim o desejar. A pesquisadora _____ certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais, no que se refere a minha identificação individualizada, e deverão ser tornados públicos através de algum meio. Ele/a compromete-se, também, a seguir os padrões éticos definidos na Resolução CNS 466/12. Também sei que em caso de dúvidas poderei contatar a professora orientadora Ma. **Rejane Maria de Araújo Lira**, através do telefone (83) 996308149. Além disso, fui informado que em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo poderei consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores, situado à Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - Tel.: (83) 3532-2000 CEP 58900-000 - Cajazeiras – PB.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

_____	_____	____/____/____
Nome	Assinatura do Participante da Pesquisa	Data
_____	_____	____/____/____
Nome	Assinatura do Pesquisador	Data

ANEXOS

Anexo A – Carta Aceitação de Orientação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

OFÍCIO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Eu, Regiane Maria de Pinheiro Brito,
professor (a) da Unidade Acadêmica de Educação, declaro para os devidos
fins estar como Professor (a) Orientador (a) do (a) aluno (a)
Francimara Santos Braga,
matrícula 241230400, turno noite no período 10^º,
acompanhando o trabalho de monografia intitulado
Letura, Escrita no Processo de Alfabetização de
crianças do 1^º ano de Ensino Fundamental.

Assinatura do Prof. (a) Orientador (a) Regiane Maria de Pinheiro Brito
Assinatura do Aluno (a) Francimara Santos Braga

Cajazeiras, 09 / 11 / 2016

Anexo B – Carta Convite da Banca Examinadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

CONVITE / BANCA EXAMINADORA

Eu, Francimara Santos Braga, aluno (a) matrícula 211220100 do Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação, convido o (a) professor (a) Maria Jorgete de Lima para participar da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia intitulada Leitura e Escrita no Processo de Alfabetização de crianças do 1º ano do Ensino Fundamental

com data a ser marcada pelo (a) professor (a) responsável pela disciplina de TCC.

Assinatura do Prof. (a) Orientador (a)

Maria Jorgete de Lima

Assinatura do Aluno (a)

Francimara Santos Braga

Aceite do Prof. (a) convidado (a)

Maria Jorgete de Lima

Cajazeiras, 16 / 03 / 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

CONVITE / BANCA EXAMINADORA

Eu, Francimara Santos Braga, aluno (a) matrícula
211230100 do Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação, convido o (a)
professor (a) Maria Inês de Oliveira Batista para participar da Banca
Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia intitulada
Leitura e Escrita no Processo de Alfabetização de
Crianças de 1º ano do Ensino Fundamental

com data a ser marcada pelo (a) professor (a) responsável pela disciplina de TCC.

Assinatura do Prof. (a) Orientador (a)

Maria Inês de Oliveira Batista

Assinatura do Aluno (a)

Francimara Santos Braga

Aceite do Prof. (a) convidado (a)

Maria Inês de Oliveira Batista

Cajazeiras, 09 / 03 / 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

CONVITE / BANCA EXAMINADORA

Eu, Francimara Santos Braga, aluno (a) matrícula 211230800 do Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação, convido o (a) professor (a) Maria Gelbaine Belchior Arnanal para participar da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia intitulada Letura e Escrita no Processo de Alfabetização de Crianças do Povo do Ensino Fundamental

com data a ser marcada pelo (a) professor (a) responsável pela disciplina de TCC.

Assinatura do Prof. (a) Orientador (a)

Rene Maria de Araújo Lima

Assinatura do Aluno (a)

Francimara Santos Braga

Aceite do Prof. (a) convidado (a)

[Assinatura]